Energisa reconhece débitos com Cuiabá e se compromete a revisar faturas de iluminação pública

Após negociações com prefeito, concessionária aceita renegociar dívidas e ajustar contas de energia do município.

Após dois dias de negociações coordenadas pelo prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini, a Energisa admitiu ter débitos com a prefeitura e se comprometeu a renegociar as dívidas, além de revisar os valores das contas de energia fornecidas ao município.

As tratativas resultarão em uma minuta de conciliação a ser elaborada conjuntamente pelas partes, estabelecendo ações para resolver as divergências financeiras e evitar impactos na prestação de serviços à comunidade. O encontro ocorreu no gabinete do chefe do Executivo municipal na tarde de terça-feira (24).

Todos os valores serão submetidos a revisão tanto pela empresa quanto pela administração municipal, sendo os montantes corrigidos depositados no Fundo de Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (Cosip). Conforme o acordo a ser assinado, a Prefeitura utilizará aproximadamente R$ 6 milhões do depósito judicial para quitar duas contas de energia relativas a setembro e outubro. O valor equivale ao que a concessionária reclama como crédito do município, porém a quitação não implica aceitação definitiva dos montantes, que permanecerão sob revisão.

O acordo também prevê que a Energisa faça nova avaliação dos créditos resultantes da economia gerada pela troca de lâmpadas convencionais de iluminação pública por tecnologia LED. Os valores identificados serão transformados em abatimentos nas próximas contas. A gestão municipal calcula que a modernização já tenha proporcionado economia superior a R$ 4 milhões.

Além disso, a concessionária arcará com despesas processuais e honorários advocatícios, sem custo para os cofres públicos municipais, e apresentará desistência da ação de cobrança em andamento sobre a questão.

A minuta contempla ainda a análise das multas imputadas pela autarquia de defesa do consumidor à concessionária. As partes constituirão mesa de negociação para examinar e acordar os valores não controversos, com pagamento pela Energisa.

Segundo o prefeito Abilio Brunini, a negociação configura o caminho mais apropriado para superar o conflito sem prejudicar a qualidade dos serviços. "A negociação pacífica é a melhor alternativa, benéfica à Prefeitura, à empresa e principalmente à população. Devemos preservar os direitos municipais e impedir que a comunidade sofra com uma discordância financeira", declarou.

O Procurador-Geral, Luiz Araújo Júnior, esclareceu que a aplicação dos recursos em juízo permitirá liquidar as contas de energia da iluminação pública, mantendo aberta a possibilidade de apuração posterior de cobranças irregulares.

"Estes recursos pagarão as duas contas de iluminação ainda pendentes, mas isso não bloqueia a futura análise dos montantes. Caso se constate algum crédito municipal, ele será compensado nas contas subsequentes. Também avançaremos na revisão das multas do Procon com valores acordados e na apuração dos créditos decorrentes da iluminação LED", afirmou.

A gestão municipal registra mais de R$ 72,95 milhões em débitos da concessionária, sendo: R$ 7,92 milhões referentes à taxa administrativa sobre a Cosip; R$ 23,02 milhões pela iluminação de áreas internas de condomínios; acima de R$ 4 milhões em perdas estimadas pela falta de descontos após instalação de luminárias LED; e aproximadamente R$ 38 milhões em multas impostas pela autarquia de defesa do consumidor nos últimos cinco anos.

O acordo visa encerrar a disputa financeira, garantir a continuidade dos serviços públicos e estabelecer mecanismos para compensação recíproca dos valores em aberto.

Este acordo foi fechado um dia após a Justiça Federal interditar o corte de energia da Energisa nos parques das Águas e Tia Nair, determinando a retomada do fornecimento em até duas horas da notificação.